



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em
história 4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 4 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-906-6

DOI 10.22533/at.ed.066211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!
Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
#EXPOSED: COMO A DISCUSSÃO DE GÊNERO EM SALA DE AULA PODE AJUDAR A COMBATER O ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS	
Ortiz Coelho da Silva	
Janaína Guimarães da Fonseca e Silva	
Francisca Mariana Melo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0662119031	
CAPÍTULO 2	17
A COMISSÃO ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E A ASSISTÊNCIA À SAÚDE INFANTIL NO PIAUÍ (1942-1945)	
Francilene Teles da Silva Sousa	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.0662119032	
CAPÍTULO 3	31
EDUCAÇÃO INFANTIL E FEMINISMO: UM ESTUDO DE CASO	
Paola Camila Branco Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.0662119033	
CAPÍTULO 4	37
AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM RETRATOS FOTOGRÁFICOS DO ESTÚDIO REUTLINGER NOS TEMPOS DA BELLE ÉPOQUE (1900-1915)	
Marco Antonio Stancik	
Ana Regina Praxedes Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.0662119034	
CAPÍTULO 5	45
A MULHER NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA: UM ENFOQUE EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII	
Alex Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0662119035	
CAPÍTULO 6	54
A SEXUALIDADE INDÍGENA NAS PERGUNTAS DE UM CONFESSIONÁRIO TUPI NO PARÁ DO SÉCULO XVIII	
Jaqueline Ferreira da Mota	
DOI 10.22533/at.ed.0662119036	
CAPÍTULO 7	79
MULHERES SEM TERRA INSUBMISSAS: REFLEXÕES SOBRE OS FEMINISMOS CONTRA HEGEMÔNICOS EM CONTEXTOS RURAIS EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL	
Flávia Pereira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.0662119037	

CAPÍTULO 8	94
TERRA OU MORTE: AS DENÚNCIAS DAS FEDERAÇÕES CAMPONESAS E YANACONAS CONTRA AS FAZENDAS E O GOVERNO PERUANO, EXPOSTAS NO JORNAL UNIDAD (1960-1963)	
Marcos Marcial Matos Malpartida	
DOI 10.22533/at.ed.0662119038	
CAPÍTULO 9	107
A CABEÇA BRANCA DA HIDRA E SEUS PÂNTANOS: SUBSÍDIOS PARA UMA GEOGRAFIA DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE, E PARA NOVAS PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, E CAMPONESAS	
István van Deursen Varga	
Raimundo Luís Silva Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0662119039	
CAPÍTULO 10	120
A DIOCESE DE ITAGUAÍ, A LUTA PELA TERRA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL SUL FLUMINENSE ENTRE 1970 E 1990	
Maria do Carmo Gregório	
DOI 10.22533/at.ed.06621190310	
CAPÍTULO 11	132
ENTRE A RELIGIOSIDADE E A INSURGÊNCIA: AS SANTIDADES INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL	
Juliana Mary Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.06621190311	
CAPÍTULO 12	144
MUDANÇAS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO: A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO, A REVERBERAÇÃO DA CRISE DO CATOLICISMO E A BUSCA MISSIONÁRIA CATÓLICA POR NOVOS FIÉIS (1950-2000)	
Derllânio Telecio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.06621190312	
CAPÍTULO 13	154
A ARTE DE CURAR (PRÁTICAS DE CURA) E SUA “CRIMINALIZAÇÃO” EM IRATI E MALLETT- PR - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Henrique Alexandro Senderski	
DOI 10.22533/at.ed.06621190313	
CAPÍTULO 14	163
“O QUE EU ME LEMBRO, EM PRIMEIRO LUGAR, EU NÃO SEI O PORQUÊ... OS AFOXÉS!”	
Alberto Bomfim da Silva	
Edson Farias	
DOI 10.22533/at.ed.06621190314	

CAPÍTULO 15	177
PROJETO DE EDIÇÃO DE LIVRO: MORRO DO PARAMIRIM, A VILA DE BREJEIROS E BARRANQUEIROS	
Maria de Fátima Magalhães Mariani	
Leandro Magalhães Mariani	
DOI 10.22533/at.ed.06621190315	
CAPÍTULO 16	189
MEMÓRIAS DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (1808-1840)	
Helber Renato Feydit de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.06621190316	
CAPÍTULO 17	204
NAS TRILHAS DA MEMÓRIA: LEMBRANÇAS ATUAIS DO REPERTÓRIO REPENTISTA DE ZÉ DA PRATA	
Josi de Sousa Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.06621190317	
CAPÍTULO 18	219
VISÕES DE UMA PEREGRINA: OS CAMINHOS ENTRE SAGRADO E PROFANO NA PEREGRINAÇÃO À CIDADE DE DIVINA PASTORA	
Alice Batista Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.06621190318	
CAPÍTULO 19	231
ENTRE A LEI E A TRIBUNA: O INÍCIO DA VIDA PÚBLICA DE JOAQUIM NUNES MACHADO (1834-1837)	
Manoel Nunes Cavalcanti Junior	
DOI 10.22533/at.ed.06621190319	
CAPÍTULO 20	243
LUIZ AUGUSTO MAY NA CAPITANIA DO GRÃO PARÁ E RIO NEGRO: ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DO DA REGIÃO (1813)	
Myriam Paula Barbosa Pires	
DOI 10.22533/at.ed.06621190320	
CAPÍTULO 21	255
KARL POPPER E A CIÊNCIA HISTÓRICA	
Rafael Cavalheri Peres	
Diego Rodstein Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.06621190321	
CAPÍTULO 22	263
VELHOS DILEMAS, NOVOS PARADIGMAS: OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PESQUISAS SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
Juliano Cabral Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.06621190322	

CAPÍTULO 23	275
O JORNAL <i>A LUTA</i> E O ANIVERSÁRIO DO GOLPE DE 1964 Caio Vinícius Silva Teixeira Claudia Cristina da Silva Fontineles DOI 10.22533/at.ed.06621190323	
CAPÍTULO 24	288
ESQUERDA POSITIVA OU ESQUERDA NEGATIVA? LEONEL BRIZOLA E SAN TIAGO DANTAS DURANTE O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964) Marcelo Marcon DOI 10.22533/at.ed.06621190324	
SOBRE A ORGANIZADORA	298
ÍNDICE REMISSIVO	299

CAPÍTULO 19

ENTRE A LEI E A TRIBUNA: O INÍCIO DA VIDA PÚBLICA DE JOAQUIM NUNES MACHADO (1834-1837)

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 07/12/2020

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

Instituto Federal da Bahia

Vitória da Conquista – BA

<http://lattes.cnpq.br/7674035429478145>

RESUMO: Joaquim Nunes Machado foi um dos mais importantes políticos pernambucanos da década de 1840. Vigoroso orador, carismático e popular, encabeçou a criação de uma dissidência liberal que resultou no Partido Praieiro, facção que combateu arduamente os Cavalcanti e dominou o poder provincial após a virada liberal de 1844. Tornou-se uma espécie de mártir dos Praieiros ao morrer nos combates travados nas ruas do Recife em fevereiro de 1849. Baseado em pesquisa de documentação primária, este trabalho visa analisar o início da sua carreira como juiz e como político, logo após a conclusão do seu curso na Faculdade de Direito de Olinda: seus primeiros embates, o envolvimento nas lutas partidárias regenciais e sua relação com as diferentes facções políticas do período. O início da vida pública de Nunes Machado torna-se uma representação de toda uma geração de políticos pernambucanos que vai tornar-se protagonista a partir da década de 1840.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Política, Brasil Regência, Pernambuco.

BETWEEN THE LAW AND THE TRIBUNE: THE BEGINNING OF JOAQUIM NUNES MACHADO'S PUBLIC LIFE (1834-1837)

ABSTRACT: Joaquim Nunes Machado was one of the most important politicians in Pernambuco during the 1840s. Vigorous orator, charismatic and popular, he led the creation of a liberal dissent that resulted in the Praieiro Party, a faction that fought hard the Cavalcanti Family and dominated the provincial power after the liberal turn of 1844. He became a kind of martyr to the Praieiros after he died fighting on the streets of Recife in February 1849. Based on primary documentation research, this work aims to analyze the beginning of his career as a judge and as a politician after the conclusion of his graduation at the Law School of Olinda: his first clashes, his involvement in the party political struggles and his relationship with different political factions of the period. The beginning of Nunes Machado's public life becomes a representation of a whole generation of politicians from Pernambuco that will become a leading figure during the 1840s.

KEYWORDS: Political Culture, Brazil Regency, Pernambuco.

1 | INTRODUÇÃO

No amanhecer do dia 2 de fevereiro de 1849 a capital da província de Pernambuco acordou debaixo do barulho das armas das tropas liberais que se digladiavam contra as forças governamentais controladas pelos seus adversários conservadores. Duas colunas invadiram a cidade: uma pelo sul, via Afogados,

e a outra pelo norte, vindo pela freguesia da Boa Vista. A coluna do sul chegou muito perto do Palácio do Governo, mas a do norte encontrou forte resistência e acabou por ter o seu avanço detido na região da Soledade.

Entre os combatentes que cerravam fileiras na coluna norte estava o deputado geral Joaquim Nunes Machado. Era ele uma das principais lideranças liberais pernambucanas, reunidos no Partido Nacional de Pernambuco ou, como acabou mais conhecido, Partido Praieiro. Encastelado em um casarão, inadvertidamente foi a uma janela para verificar a posição inimiga e acabou sendo atingido na cabeça por um projétil disparado por um soldado da tropa do governo. Acabava ali a vida do mais popular político pernambucano daqueles dias e surgia o mito em torno do mártir da Revolução Praieira. Quase cinquenta anos após a sua morte, Joaquim Nabuco dizia que ficou sendo ele “até hoje o ídolo popular pernambucano, a memória querida por excelência” (NABUCO, 1997, p. 115).

O período da vida de Nunes Machado que se desenrola durante a década de 1840 já é bastante conhecido. Compreende os anos em que militou entre os praieiros na luta contra o Barão da Boa Vista e seus parentes e aliados Cavalcanti. O objetivo deste trabalho é analisar uma parte de sua vida ainda pouco conhecida: o início de sua carreira como magistrado e suas primeiras lutas políticas. Ele representa, na verdade, um modelo de como uma geração inteira de políticos pernambucanos ascendeu à vida política provincial e nacional.

Joaquim Nunes Machado era natural da vila de Goiana, localizada próximo à divisa com a Paraíba, distante cerca de 84 km de Recife, na região conhecida como Mata Seca. Fundada no séc. XVI, Goiana abrigava em suas terras um grande número de engenhos de cana de açúcar, embora não tivessem o vigor dos seus congêneres da Mata Sul. A vila era uma das mais importantes da província, servindo também de passagem de gado que seguia para a capital. Foi nela que nasceu em 15 de agosto de 1809 o futuro deputado Nunes Machado, filho do advogado Bernardo José Fernandes de Sá e de D. Margarida de Jesus Nunes Machado. Segundo Pereira da Costa, sua família era abastada e “de merecida estima e influência”. (COSTA, 1882, p. 511). Suas ligações familiares não eram nada modestas. Era primo de João Joaquim da Cunha Rego Barros, futuro segundo Barão de Goiana e um dos, senão o mais rico, dos senhores de engenho de Goiana do seu tempo. Diz o Conselheiro João Alfredo que em certa eleição surgiu uma contestação no colégio eleitoral de Goiana sobre a elegibilidade de Nunes Machado devido a sua renda. Prontamente João Joaquim declarou naquele momento o seu primo dono de qualquer das propriedades que ele possuía, comprometendo-se a ratificar a doação pela melhor forma de direito e no menor prazo possível. A controvérsia acabou ali (OLIVEIRA, 1988, p. 50). Sua esposa, Maria Joana Gomes de Machado, era cunhada de um ex-ministro de Pedro I chamado Maia. Provavelmente era José Antônio da Silva Maia, que ocupou a pasta do Império no Gabinete de 4 de outubro de 1830.

Como era praxe entre os filhos da elite imperial, o caminho mais rápido de ascensão em uma carreira política era o do curso jurídico. Justamente na fase em que Nunes Machado terminava o seu curso preparatório, o governo imperial criava em 1827 as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda. Ele acabou sendo matriculado na primeira turma da academia de Olinda e ali ingressou em 1828. Foi durante o seu quarto ano que teve a primeira experiência com as lutas políticas provinciais. Em 1831, durante os convulsionados dias após a abdicação do imperador Pedro I, rompeu em 14 de setembro uma revolta de soldados de 1ª linha que ficou para a posteridade com o nome de *Setembrizada*. Os amotinados tomaram os bairros centrais do Recife e por três dias os mantiveram sob seu controle. Os acadêmicos de Olinda, entre eles Nunes Machado, improvisaram um batalhão e se juntaram a forças leais ao governo na repressão aos revoltosos (COSTA, 1882, p. 511).

2 | JUIZ DE DIREITO EM GOIANA

Nunes Machado conclui o seu curso e recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais no ano de 1832. Neste mesmo ano foi aprovado o Código de Processo Criminal, que promoveu a reformulação da organização judiciária nas províncias. Em Pernambuco o resultado foi o aumento do número de suas comarcas: passou de três para nove. Uma destas novas comarcas era a de Goiana. Nunes Machado foi nomeado o seu primeiro juiz de direito. Começava ali sua carreira na magistratura e ao mesmo tempo seu envolvimento com as disputas políticas provinciais.

O juiz de direito Nunes Machado assumiu seu posto numa época de profunda divisão política no Brasil e em sua província. Pernambuco enfrentava o desenrolar da Guerra dos Cabanos e a ameaça de uma reação dos *restauradores* que defendiam o retorno de Pedro I ao trono do império. Ele se mostrou plenamente alinhado com os liberais moderados que assumiram o poder após o 7 de abril de 1831 e que lutavam para debelar a ameaça restauracionista. Segundo o jornal *A Quotidiana Fidedigna*, em sua edição de 10 de maio de 1834, Nunes Machado foi um dos organizadores e financiadores das festividades pelo aniversário dos três anos da abdicação de Pedro I em Goiana, juntamente com outros “amantes do 7 de abril”. A salva de fogos no amanhecer do dia foi feita defronte de sua casa. Havia até uma *Sociedade Anti-Restauradora* na vila, participante ativa dos festejos realizados na Igreja Matriz e na Câmara Municipal. O vice-presidente da Sociedade era o próprio pai do magistrado, Bernardo José Fernandes de Sá (*A Quotidiana Fidedigna*, 10 de maio de 1834). Pela imprensa da capital do Império ele também se engajava em atacar os *restauradores*. O General Abreu e Lima, então fervoroso defensor da volta de Pedro I, em uma carta ao seu irmão Luiz Ignácio Ribeiro Roma, dizia ser Nunes Machado o autor da correspondência que havia chegado ao Rio de Janeiro com insultos contra ele e onde se autodenominava *Um Pernambucano Exaltado*. Nela o General fazia a seguinte recomendação ao irmão: “...trata de conhecê-lo e agradecer-lhe em meu nome os insultos que me disse aqui gratuitamente” (*Diário de Pernambuco*, 31 de janeiro de 1834).

Mas foi na política local que Nunes Machado mostrou pela primeira vez as características que o acompanhariam pelo decorrer da sua carreira política. A vila de Goiana enfrentava havia algum tempo uma profunda divisão política. A razão disto está associada à chegada de Manoel Cavalcanti de Albuquerque na região, quando se tornou arrendatário do engenho Catu. A documentação pesquisada dá a entender que ele vinha da Mata Sul. Seus inimigos insinuavam que chegou fugindo de crimes por lá praticados (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO, 1832). Uma vez instalado no engenho Catu, tornou-se um importante senhor de engenho da comarca. Tem-se uma ideia do tamanho do poder que obteve a partir dos cargos que ocupou: foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Goiana, elegeu-se tenente coronel da Guarda Nacional da vila e foi seu primeiro comandante. Sua atuação política, ao lado do filho Antônio de Sá Cavalcanti Lins, se caracterizou por apoiar e dar suporte ao líder liberal exaltado padre João Barbosa Cordeiro (*Diário de Pernambuco*, 03 de fevereiro de 1834, 13 de março de 1834, 27 de outubro de 1834; *A Razão e a Verdade*, 14 de março de 1835).

A atuação política de Manoel Cavalcanti abalou as relações de poder que predominavam em Goiana. Segundo João Alfredo, até então os senhores de engenho da região formavam uma classe “grave, unida, benéfica e hospedeira”. Eram estimados pelo povo e por ele reverenciados. Usando de instrumento “insolente e odioso”, o senhor do engenho Catu acabou por romper a pretensa harmonia. Em 1832 o encontramos em conflito com o coronel reformado de 2ª linha e então juiz de paz de Goiana, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, senhor do engenho Jacaré. Era nada mais nada menos que irmão do célebre coronel Suassuna, tio dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque. Ainda segundo João Alfredo, Manoel Cavalcanti conseguiu controlar a Câmara Municipal e eleger aliados como juizes de paz por meio da força e da fraude (OLIVEIRA, 1988, p. 71 e 75).

Os adversários de Manoel Cavalcanti só passaram a ter sucesso contra o que definiam ser atos arbitrários com a chegada do novo juiz de direito da comarca de Goiana, Joaquim Nunes Machado. Desde o início de seus trabalhos ele se indispôs com o tenente coronel e seus aliados políticos. Em comum acordo com outras autoridades, tais como o juiz de órfãos e o juiz municipal, Nunes Machado passou a adotar medidas que visavam impor limites às ações do grupo adversário (*Diário de Pernambuco*, 21 de agosto de 1834).

Em 1º de março, o juiz de direito enviou um ofício ao tenente coronel. Nele dizia que, por zelar pela tranquilidade pública, os Guardas Nacionais destacados deveriam parar de vagar pelas ruas da vila, de dia e de noite, armados de baionetas. Dizia ter o oficiado por duas vezes e suas ordens não foram atendidas, dando o Manoel Cavalcanti um péssimo exemplo aos seus comandados. Finaliza advertindo-o que, em caso de descumprimento, ele seria enquadrado nas penas previstas em lei (*A Quotidiana Fidedigna*, 23 de outubro de 1834).

O juiz Nunes Machado também incomodou os aliados do tenente coronel Manoel Cavalcanti. No dia 10 de abril publicou um edital normatizando o recebimento das moedas de cobre na vila de Goiana, tentando, assim, resolver o sério problema do fabrico de moedas falsas. Temerosos de serem pagos com dinheiro falso, os comerciantes simplesmente deixavam de receber a moeda de cobre, dando preferência à moeda de papel. Isso trazia dificuldades à população mais pobre, pois ela usava quase que exclusivamente esta moeda de cobre para suas compras do dia a dia. A ordem de Nunes Machado era para que os comerciantes aceitassem pagamentos com esta moeda. Como os juizes de paz não estavam cumprindo as determinações do edital com a energia necessária, ele resolveu agir. Valendo-se da autoridade que tinha como juiz de direito e chefe de polícia da comarca, acabou prendendo o marchante Manoel Francisco Saraiva por transgressão ao edital. Na presença do juiz de direito, Saraiva lhe faltou com o respeito confiando no compadrio que possuía com gente do Manoel Cavalcanti. O marchante chegou a afirmar que se fosse obrigado a receber a moeda, imediatamente faria tirar do açougue a carne que estava talhando ao povo, o que assim executou (*A Quotidiana Fidedigna*, 18 de agosto de 1834).

Outra ação de Nunes Machado foi tentar fortalecer os opositores de Manoel Cavalcanti no controle do maior número possível de juizes de paz. Essa manobra foi denunciada por José Alves Ferreira Monteiro, juiz de paz do 2º Distrito e ligado ao tenente coronel. Segundo ele, o juiz de direito agiu neste sentido ao forçar a entrada de um aliado no juizado de paz do 1º Distrito. Tendo o juiz de paz do 1º ano, padre João Barbosa Cordeiro, se ausentado por ter ido assumir sua vaga de deputado na Assembleia Geral, deveria a Câmara Municipal chamar o juiz do 2º ano. Por pressão de Nunes Machado, este suplente deu parte de doente e não compareceu. Sucessivamente, os juizes do 3º e 4º anos teriam sido perseguidos de tal forma por Nunes Machado que acabaram sendo forçados a deixar o juizado de paz. Os suplentes seguintes, temerosos de seguirem o mesmo destino, simplesmente não atenderam à convocação da Câmara. Até que chegou a vez do coronel Luiz Francisco de Paula Cavalcanti, a quem Nunes Machado convenceu a aceitar o juizado. No dia seguinte a sua posse, juntamente com o juiz de direito, deram andamento a duas denúncias contra o tenente coronel Manoel Cavalcanti e seu filho Antônio de Sá (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO, 1834).

Tais denúncias resultaram em pedidos de prisão. Primeiro, de Antônio de Sá, juntamente com um juiz de paz, Domingos de Albuquerque e Mello, e o coletor de diversas rendas da vila, José da Silva Monteiro. A carta precatória foi enviada de Goiana para Thomaz de Aquino Fonseca, juiz de paz do 2º Distrito de Santo Antônio, local onde estava a cadeia pública da capital. O presidente da província acabou acatando pedido dos presos para que ficassem no Forte das Cinco Pontas (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO, 1834). Mas a condição em que ficou Antônio de Sá não foi das piores: passava o dia recolhido àquele Forte, indo à noite dormir na casa do Conselheiro Joaquim Francisco de Mello (*A Quotidiana Fidedigna*, 23 de outubro de 1834).

A outra prisão requerida foi do próprio tenente coronel Manoel Cavalcanti. Era resultado da queixa instaurada pelo advogado Francisco de Paula Norberto de Andrade. Como o senhor do engenho Catu era militar, de acordo com o art. 166 do Código de Processo Criminal, cabia ao presidente da província receber cópia da pronúncia e lhe dar execução (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO, 1834). Não querendo mexer em assunto tão espinhoso, Manoel de Carvalho Paes de Andrade deixou o pedido sobre a mesa.

Se estas e outras ações de Nunes Machado contra os interesses privados de Manoel Cavalcanti, seus familiares e de seus aderentes angariaram a simpatia de inimigos do tenente coronel, tais como Elias Coelho Cintra e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, por outro o transformou num dos principais alvos da ira dos Lins. Na imprensa era tratado por meios de insultos e sátiras, acusado de agir despótica e arbitrariamente. Seus adversários o acusavam ainda de beneficiar o pai, o advogado Bernardo José Fernandes de Sá. De acordo com um juiz de paz, Fernandes de Sá dispunha de todos os negócios e deliberava como se fosse o presidente da província, justamente pelo apoio que encontrava no filho (*A Quotidiana Fidedigna*, 23 de outubro de 1834, 18 de agosto de 1834).

As atitudes de Nunes Machado estavam elevando a temperatura da luta política em Goiana, tornando iminente o rompimento de um conflito mais sério. Sentindo-se incomodado e preocupado com o que acontecia em Goiana, o presidente da província Manoel de Carvalho encaminhou no início de outubro de 1834 um ofício ao Ministro da Justiça. Nele não demonstrou nenhuma simpatia por Nunes Machado. Dizia que o juiz de direito não tardou em confirmar o juízo que dele se fazia antes de ir para Goiana, qual fosse o de que não demoraria a insuflar os ânimos da disputa que lá ocorria já há algum tempo. Deixando de lado seu dever de ministrar justiça, levou “ao apuro a paciência de seus inimigos”, alimentando intrigas na vila. Como os dois partidos estavam em uma “guerra cruenta”, o presidente pediu a ambos os lados para que deixassem suas intrigas de lado e trabalhassem para o bem público da vila. Nunes Machado, porém, não cedeu em nada e continuou “na sua tortuosa carreira”. Manoel de Carvalho, então, concluía dizendo não saber qual seria o futuro da vila se o Ministro não o removesse para outra Comarca (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO, 1834).

O temor do presidente não tardou a se concretizar. Em outubro de 1834 estourou em Goiana a luta entre os dois partidos (*Diário de Pernambuco*, 27 de outubro de 1834; *A Quotidiana Fidedigna*, 29 de outubro de 1834, 31 de outubro de 1834). Nunes Machado ausentou-se da vila, indo ao Recife para se defender de acusações que lhe fizeram junto ao Tribunal da Relação. Uma representação havia sido feita em seu favor e muitos cidadãos a assinaram. Por sua vez, o tenente coronel Manoel Cavalcanti já há algum tempo estava pronunciado por crime de responsabilidade e pelo roubo da carga de um Brigue Inglês que havia naufragado na costa, próximo a Goiana. No entanto, passeava tranquilamente com capatazes pelas ruas da vila. As autoridades então oficiaram ao presidente da província para

que mandasse prendê-lo, inclusive a Câmara Municipal. Manoel de Carvalho postergou, mas por meados de outubro deu ordens ao juiz de paz do 1º Distrito, o coronel Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, para que efetuasse a prisão. Caso necessitasse, poderia pedir reforço ao batalhão de Guardas Nacionais de Goianinha. A notícia se espalhou. Aproveitando a ausência do juiz de direito e em acordo com orientações do filho Antônio Lins, preso no Recife, Manoel Cavalcanti pôs em prática seu plano de resistência. Deu-se, então, origem a uma conflagração de tal ordem que precisou o presidente da província se deslocar a Goiana com um destacamento de soldados de 1ª Linha para conseguir controlar a situação. O resultado foi a suspensão do Batalhão da Guarda Nacional da vila, que tirava Manoel Cavalcanti do seu comando e assim enfraquecia seu braço armado, e um compromisso do presidente com o não retorno de Nunes Machado à comarca.

Parcialmente resolvido o problema, a conflagração recomeçou com a decisão do Conselho de Governo em autorizar o retorno de Nunes Machado, contrariando o que havia prometido o presidente. Após ser absolvido das acusações pela Relação, ele voltou a Goiana com as recomendações de não se envolver em intrigas e admoestar os habitantes de seus distritos a seguirem a ordem e o respeito às leis e às autoridades constituídas. Pura ilusão. Àquela altura dos acontecimentos seria impossível esperar de Nunes Machado isenção. Ainda mais que, com a suspensão do batalhão da Guarda Nacional de Goiana, ficava à disposição do juiz a única força armada local: o destacamento de 1ª Linha que fora junto com Manoel de Carvalho em outubro. Para os aliados de Manoel Cavalcanti, mais do que nunca era necessária a transferência de Nunes Machado para outra comarca.

E a transferência acabou chegando. Baseando-se no Aviso Imperial de 30 de outubro de 1834, expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, o presidente Manoel de Carvalho ordenou a retirada de Nunes Machado de Goiana. Os ânimos estavam tão acirrados que mesmo na saída do juiz os dois partidos se conflagraram. Nunes Machado saiu de Goiana no dia 13 de janeiro de 1835. À noite foram acesas luminárias nas casas de algumas pessoas, tais como nas dos juizes de paz Antônio Ferreira Christovão e Manoel Dantas de Castro, na do próprio tenente coronel Manoel Cavalcanti d'Albuquerque e também na do tenente José Alessandro Ferreira Montenegro. O objetivo era a comemoração da partida de Nunes Machado e da morte do coronel Luis Francisco de Paula Cavalcanti, ex-juiz de paz, senhor do engenho Jacaré. Revoltados com aquela atitude, alguns cidadãos se dirigiram às casas do Dantas e de Manoel Cavalcanti, e apagaram as luminárias que lá se achavam. Na noite seguinte o negócio tomou outro rumo. O capitão Francisco Cavalcanti e seus irmãos entraram na vila às oito horas da noite à frente da companhia armada sob seu comando, mesmo estando ela suspensa por decisão do presidente da província. Repartindo-a em porções pelas casas iluminadas, se puseram em atitude de ofender a muitos cidadãos. O temor tomou conta dos habitantes da vila, ainda mais que era dado como certo que Manoel Cavalcanti se achava com um grupo de homens, inclusive com alguns cativos seus, postado no lugar das Quintas à espera do sinal de rompimento. Os

amotinados se dispersaram graças à atuação do juiz de direito e chefe de polícia interino, Francisco Norberto de Andrade, que convocou o destacamento que lá estava estacionado e, juntamente com o seu tenente coronel e um escrivão do crime, se dirigiu aquelas pessoas com rogos e exortações (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO, 1835).

A saída de Nunes Machado de Goiana não resolveria o problema da luta política naquela vila. As duas facções se envolveriam nos eventos que se desenrolaram naquele ano de 1835 e que ficaram conhecidos como *Carneiradas*.

3 | JUIZ DE DIREITO EM RECIFE

Para Nunes Machado, o que aparentava ser uma punição na verdade se mostrou um prêmio: ele foi transferido da comarca de Goiana para a 1ª Vara do Crime da comarca do Recife, tornando-o novo chefe de polícia da capital. Ocupava, assim, um cargo estratégico. Parece que a visão antes negativa que o presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade tinha de Nunes Machado agora havia mudado. Era um momento extremamente delicado para o seu governo, pois ia se tornando iminente a deflagração de uma rusga no Recife por parte dos irmãos Machado Rios. Nunes Machado deixou Goiana no dia 13 de janeiro. Dois dias antes, aconteceu uma sublevação da tropa no acampamento de Alagoa dos Gatos. No dia 21 do mesmo mês Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios começavam as *Carneiradas* (CAVALCANTI JUNIOR, 2015, p. 45-65). Como novo chefe de polícia, Nunes Machado teria a incumbência de comandar a repressão policial contra os insurgentes em Recife. Lutava, assim, contra os aliados na capital dos seus velhos adversários de Goiana.

Foi ainda em meio às lutas políticas de Goiana que Nunes Machado estreou nas urnas. Sua primeira tentativa de ocupar um cargo eletivo se deu durante as eleições para a primeira legislatura da Assembleia Provincial, instituição criada pelo Ato Adicional de 1834. Como a eleição ocorreu no dia 30 de novembro de 1834, Nunes Machado estava prestes a sair de Goiana. As apurações só aconteceriam em fevereiro de 1835, logo após a primeira Carneirada e Nunes Machado já ocupando o cargo de chefe de polícia da capital.

Quando saiu a relação dos deputados provinciais eleitos, a maior surpresa foi a inclusão do juiz Nunes Machado. O problema é que seu nome não constava nas listas parciais divulgadas pela imprensa no mês de janeiro. Isso levou um correspondente do Diário de Pernambuco, *O Imparcial*, a tocar no assunto. Em uma primeira correspondência ele citou boatos de que a apuração da Câmara Municipal do Recife fora inexata, chegando alguns a dizerem que houve conluio e influência dos liberais moderados que controlavam o governo provincial. Dizia o correspondente que os vereadores foram pouco escrupulosos, se fundamentando em duas razões. Primeiro, eles utilizaram pretextos para colocar de lado os votos de pessoas que lhes desagradavam, possuidoras de convicções firmes e coragem para dizer a verdade na Assembleia. Segundo, o nome de Nunes Machado aparecia entre os trinta e seis eleitos, quando particulares, em suas apurações, mostraram que ele nem

entre os suplentes estava. Mesmo que estes particulares não contassem com um ou dois colégios, o total de votos destes colégios não era suficiente para modificar a situação de Nunes Machado. Sem querer acusar diretamente a Câmara Municipal, o correspondente achava que fora apenas um descuido dos vereadores e uma nova apuração deveria corrigir os erros. Numa segunda correspondência, o mesmo *O Imparcial* foi mais incisivo. Reverberou a opinião de muitos que afirmavam ter havido conluio da própria Câmara Municipal do Recife e influência de liberais moderados para beneficiar alguns candidatos. Ele esperava que os vereadores recontassem os votos para dirimir quaisquer dúvidas (*Diário de Pernambuco*, 25 de fevereiro de 1835, 27 de fevereiro de 1835).

A polêmica levou a Câmara a agir. Na sessão do dia 5 de março o presidente, vereador Francisco Antônio de Oliveira, propôs repetir a apuração dos votos, visto as acusações publicadas em jornais de viciosa ou pouco escrupulosa dadas à primeira. Isto suscitou um debate, com uns vereadores falando contra e outros a favor. No final, todos foram favoráveis, com exceção do Dr. Mavignier, cujo voto foi feito por escrito. Realizada a recontagem, percebeu-se que Joaquim Nunes Machado recebera apenas 104 votos, e não 148 como havia sido contado na apuração anterior. Para o seu lugar na Assembleia deveria ser chamado o Dr. José Eustáquio Gomes, 1º suplente (*Diário de Pernambuco*, 30 de março. 1835). Por muito pouco Nunes Machado não conseguiu ser colocado na primeira legislatura da Assembleia Provincial de Pernambuco, o que seria um prêmio para os bons serviços por ele prestados aos moderados locais na repressão contra os liberais exaltados, seus adversários.

Fora do seletto grupo dos primeiros deputados provinciais pernambucanos, Nunes Machado foi levando sua vida como juiz da 1ª Vara do Crime e chefe de polícia da capital. Ele permaneceria neste cargo até 1836, quando houve a promulgação da Lei Provincial nº 13, de 14 de abril daquele ano, conhecida também como Lei dos Prefeitos. A nova lei proporcionou um reordenamento da estrutura policial na província, retirando dos juizes de direito a prerrogativa de serem também autoridades policiais. (CAVALCANTI JUNIOR, 2015, p. 257-301; SILVA, 2014, p. 133-168). Enquanto fosse chefe de polícia do Recife, se beneficiaria do importante cabedal político que o cargo lhe proporcionava. Ao mesmo tempo ele construía sua reputação se envolvendo em questões que lhe dava ampla visibilidade. Uma delas estava relacionada com o impacto que as notícias do desenrolar da Cabanagem no Pará provocaram em Recife, especialmente os acontecimentos da invasão dos insurgentes em agosto de 1835 e o banho de sangue que se seguiu. O juiz Machado foi um dos três integrantes de uma sociedade beneficente e caridosa que organizou uma subscrição para levantar fundos visando auxiliar os paraenses vítimas da guerra e a força militar que estava sendo enviada.

Os três beneméritos convidaram os interessados para uma reunião pública no dia 22 de outubro, na sala dos jurados e sob a direção do presidente da província. O objetivo seria o de discutir os melhores meios de se ajudar os paraenses que sofriam debaixo

de uma “horda de brutos, e ferozes canibais”. O Diário de Pernambuco convocou pelas suas páginas o corpo do comércio nacional e estrangeiro, as sociedades filantrópicas, os empregados públicos, os cidadãos de todas as classes e hierarquias para que participassem de uma subscrição em favor dos “nossos infelizes irmãos”. A reunião na sala dos jurados resultou na criação de uma Sociedade de Beneficência e Caridade, responsável por administrar a subscrição aos paraenses. A sua diretoria foi escolhida por aclamação, ficando na presidência o novo Presidente da Província, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Foram criadas comissões que atuavam nos diferentes bairros do Recife e da vizinha Olinda. Nas comarcas a arrecadação ficaria a cargo dos juizes de direito, enquanto nas vilas os responsáveis seriam os juizes de órfãos e municipais. Na reunião começou o recolhimento de assinaturas para a subscrição, onde trinta e cinco dos presentes doaram 3:349\$440 réis. Um deles foi o juiz e chefe de polícia Joaquim Nunes Machado (*Diário de Pernambuco*, 19 de outubro de 1835, 20 de outubro de 1835, 16 de novembro de 1835).

As ações de Nunes Machado em relação à questão do Pará não ficaram apenas na beneficência. Como Chefe de Polícia ele seria uma peça-chave na montagem da tropa a ser enviada para combater os insurgentes paraenses. Não havia efetivo militar suficiente. A solução encontrada pelo governo central foi autorizar o Presidente da Província a promover um recrutamento. Por ser Chefe de Polícia da capital, Nunes Machado seria o responsável por receber os recrutados de toda a província e ele mesmo ficar à frente do recrutamento em Recife. Sua disposição em “prender e qualificar recrutas” também foi reconhecido pelos seus contemporâneos (*Diário de Pernambuco*, 29 de abril de 1836, 1º de outubro de 1836).

Nas circunstâncias da época, praticamente todas as ações de uma pessoa como Nunes Machado tinham implicações políticas. Especialmente ocupando um cargo como o de Chefe de Polícia da capital da província. Embora longe de Goiana, os desdobramentos das disputas locais de sua vila de nascimento ainda o perseguiram. Em maio de 1835, poucos meses depois do fim das Carneiradas, o Chefe de Polícia recebeu uma carta de um morador de Itamaracá. Nela o autor dizia ter passado por lá em dias do mês de abril um grupo de treze indivíduos vindos de Goiana. Seu destino era a capital, para onde diziam ir com o objetivo de assassinar Nunes Machado. Assim, disseram os homens, iriam ensiná-lo “a não perseguir Patriotas”. Aproveitando para explorar a situação a seu favor, o juiz exagerou na dramaticidade:

“Vinde ainda vos repilo, vinde assassinar-me; minha alma afeita a obedecer à lei, não se intimida ao aspecto do crime. Se o meu sangue vos não fartar a rabida sede, porque a moléstia o tem todo chupado, tenho mais uma terna Esposa, e um inocente filhinho, agora com 4 meses de nascido; apunhalai o seio da Mãe, e estrangulai os tenros membros do filhinho, como já projetastes em a Vila de Goiana no tenebroso 26 de Fevereiro deste ano, e depois que assim fores saciados, ide enxugar vossas assassinas mãos, ide limpar os punhais gotejantes ainda do quente sangue das imoladas vítimas nas cândidas vestes da iludida Justiça, e de braço dado com a impunidade pisai ufanos,

e gloriosos as ruas desta Cidade; como o estais agora fazendo, cobertos de crimes..." (*Diário de Pernambuco*, 29 de maio de 1835)

Os frutos políticos da posição que ocupava e das relações que estabeleceu entre as lideranças que controlavam o poder na província vieram em 1836. Naquele ano ocorreram eleições para deputados gerais e provinciais. Nunes Machado demonstraria o quanto estava bem posicionado nas disputas políticas locais. Se na primeira eleição para a Assembleia Provincial, em 1834, ele acabou não alcançando os votos necessários, nesta segunda sua votação foi folgada e ele ficou como o décimo sexto mais bem votado entre os trinta e seis eleitos. Ocuparia, assim, uma cadeira na 2ª legislatura, que durou de 1837 a 1838 (*Diário de Pernambuco*, 11 de março de 1837).

Mas foi na eleição para a Assembleia Geral que Nunes Machado demonstrou sua força política. No colégio eleitoral do Recife ele se tornou o mais bem votado para deputado geral, ficando à frente de nomes tradicionais como Holanda Cavalcanti, Maciel Monteiro, Antônio Joaquim de Mello, o padre Henriques de Rezende e Sebastião do Rego Barros (*Diário de Pernambuco*, 17 de novembro de 1836). Quando o resultado final foi divulgado, Nunes Machado figurava na lista dos 13 representantes pernambucanos na Assembleia Geral, ficando como o sétimo mais bem votado em toda a província.

Aquelas eleições de 1836 representaram a segunda experiência eleitoral de Nunes Machado e sua primeira grande vitória. No ano seguinte ele faria sua estreia parlamentar na corte durante a 4ª Legislatura. Justamente a que testemunharia a *debacle* dos liberais moderados, com a renúncia de Feijó, e a ascensão dos regressistas, com a Regência de Araújo Lima. Participaria das discussões das leis que reorientariam a Monarquia, preparando o terreno para o 2º Reinado. Seu capital político iria crescer em meio às disputas locais de sua província natal, fazendo-o chegar à posição que o consagraria como um dos principais nomes da política pernambucana e um dos lumiares do futuro Partido Praieiro na década de 1840.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO. **Correspondências para a Corte**, vol. 34, p. 103-104, 06-10-1834.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO. **Juízes de Paz**, vol. 08, p. 25-26, 15 de janeiro de 1835; p. 54, 17 de janeiro de 1835.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO. **Juízes de Paz**, vol. 10, p. 59-60, 30 de julho de 1834; p. 84, 04 de agosto de 1834; p. 114, 30 de agosto de 1834; p. 154-167, 26 de setembro de 1832.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. Revisitando as Carneiradas: os irmãos Machado Rios e as disputas políticas em Pernambuco (1834-1835). **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 33.1, p. 45-65, 2015.

_____. **“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837)**. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

COSTA, Francisco A. Pereira da. **Dicionário Biographico de Pernambucanos Celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882.

Jornal **A Razão e a Verdade**, Recife, Pernambuco, 14 de março de 1835. Acervo da Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Jornal **Diário de Pernambuco**, Recife, Pernambuco, 31 de janeiro de 1834, 21 de agosto de 1834, 03 de fevereiro de 1834, 13 de março de 1834, 27 de outubro de 1834. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

Jornal **Diário de Pernambuco**, Recife, Pernambuco, 25 de fevereiro de 1835, 27 de fevereiro de 1835, 30 de março de 1835, 29 de maio de 1835, 19 de outubro de 1835, 20 de outubro de 1835, 16 de novembro de 1835. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

Jornal **Diário de Pernambuco**, Recife, Pernambuco, 29 de abril de 1836, 1º de outubro de 1836, 17 de novembro de 1836. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

Jornal **Diário de Pernambuco**, Recife, Pernambuco, 11 de março de 1837. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

Jornal **Quotidiana Fidedigna**, Recife, Pernambuco, 10 de maio de 1834, 23 de outubro de 1834, 29 de outubro de 1834, 31 de outubro de 1834, 18 de agosto de 1834. Acervo da Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v. 1.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Minha Meninice & Outros Ensaios**. Série Abolição. v.5. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afoxés 163, 164, 166, 167, 169, 170, 173, 174

Amazônia Maranhense 107, 108

Assédio Sexual 1, 2, 3, 7, 8, 15, 16

B

Belle Époque 37, 38, 43, 44, 161

Brasil 2, 7, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 61, 65, 72, 73, 74, 76, 78, 81, 85, 89, 92, 93, 109, 114, 119, 120, 122, 124, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 163, 165, 173, 175, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 220, 221, 230, 231, 233, 255, 265, 266, 269, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

C

Camponeses 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 127

Comunidades 79, 80, 86, 87, 88, 89, 94, 95, 99, 101, 103, 107, 109, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 184

Cura 145, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 162

D

Decolonial 79, 80, 81, 84, 90, 91, 93

Diocese 77, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 177, 178, 180, 186

Ditadura Militar Brasileira 263, 297

E

Educação Infantil 31, 32

Ensino de História 298

Escolas 1, 3, 7, 12, 14, 15, 16, 20, 25, 81, 87, 119, 146, 147, 166, 184, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 282

Esquerda 113, 280, 288, 289, 291, 294, 295, 296, 297

Estudo de Caso 1, 3, 31, 32, 35, 126

Exposed 1, 2, 3, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 94

F

Federações Camponesas 94

Feminismo 31, 32, 33, 34, 35, 36, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 44, 46, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 217, 265, 298

Geografia 76, 107, 115, 116, 118, 187, 298

H

História 1, 7, 17, 28, 29, 30, 32, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 77, 78, 79, 81, 87, 90, 91, 92, 93, 105, 107, 110, 114, 118, 119, 124, 130, 131, 132, 136, 152, 154, 155, 162, 163, 165, 167, 168, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 194, 203, 205, 206, 207, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 255, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 270, 271, 273, 274, 275, 281, 282, 283, 287, 288, 289, 297, 298

I

Indígenas 55, 56, 59, 60, 68, 72, 74, 75, 76, 80, 83, 89, 90, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 123, 127, 132, 134, 136, 139, 140, 141, 169, 170, 171, 173, 180

Insurgência 132, 141

L

Luta pela Terra 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 103, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130

M

Medicina 24, 27, 28, 55, 76, 107, 156, 157, 158, 159, 161, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Memórias 113, 131, 167, 182, 189, 206, 208, 216, 263, 266, 267, 269, 272

P

Paradigmas 263, 264

Pentecostalismo 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

Peregrina 219, 224, 227

Q

Quilombolas 80, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 125

R

Religião 48, 72, 88, 118, 120, 130, 131, 133, 135, 137, 140, 142, 144, 148, 151, 152, 153, 172, 173, 175, 220, 222, 226

Religiosidade 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 167, 169, 171, 173, 176, 219, 222, 225

Repentista 204, 205, 206, 214, 216

Representações 37, 38, 44, 54, 78, 80, 112, 154, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 173, 174,

175, 177, 182, 185, 204, 219, 229, 276, 278, 280

Retratos Fotográficos 37, 38, 39, 43, 44

S

Sala de Aula 1, 2, 3, 7, 10, 12, 14, 15, 31, 205

Saúde 1, 7, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 100, 107, 147, 156, 158, 159, 161, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 203, 211, 284

Sexualidade 3, 4, 6, 7, 15, 32, 33, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 76, 78, 81, 83, 84, 91, 92

Sociedade Colonial 45, 52

V

Vida Pública 126, 173, 231

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4